

Braço-direito de Bolsonaro fecha delação e é solto por Moraes

CONFIDÊNCIAS DO AJUDANTE DE ORDENS

ACORDO FECHADO Moraes homologa delação de Cid e manda soltar ex-auxiliar de Bolsonaro



Liberdade provisória. O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, deixa a prisão em Brasília: ele deverá cumprir medidas cautelares, como o uso de tornozeira eletrônica

MARIANA MUNIZ, EDUARDO GONÇALVES, VICTÓRIA ABEL, DIMITRIS DANTAS E LAURIBERTO POMPEU

Um dos principais auxiliares do ex-presidente Jair Bolsonaro nos quatro anos de governo, o ex-ajudante de ordens Mauro Cid teve seu acordo de delação premiada com a Polícia Federal homologado ontem pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). No mesmo dia, Moraes concedeu liberdade ao militar, que estava preso havia quatro meses em um batalhão do Exército, em Brasília. O magistrado, contudo, impôs condições, como o uso de tornozeira eletrônica, não sair de casa à noite, nem ter contato com outros investigados nos dois casos dos quais é alvo — com exceção de familiares.

A partir de agora, Cid deverá dar mais detalhes e entregar aos investigadores elementos que ajudem a esclarecer suspeitas que envolvem o ex-chefe, como a de fraude em cartões de vacinação, a venda de joias recebidas pelo governo brasileiro e a trama para uma tentativa de golpe no país. Em troca, poderá ter um abatimento ou até mesmo um perdão de uma eventual pena em caso de condenação.

Questionado ontem sobre os termos do acordo firmado com a PF, o advogado de Cid, Cezar Bitencourt, não respondeu. Também procurada, a defesa de Bolsonaro afirmou que só vai comentar após tomar conhecimento da colaboração do ex-ajudante de ordens. Na

véspera, o ex-secretário de Comunicação Social Fabio Wajngarten, que atualmente faz parte da equipe de defesa do ex-presidente, publicou em uma rede social que "não há nada a delatar".

A homologação do acordo é considerada uma das fases mais importantes das tratativas de colaboração premiada, uma vez que confirma a validade dos termos apresentados por Cid, assim como a sua intenção de colaborar "de livre e espontânea vontade".

Pessoas envolvidas na negociação afirmam, em condição de anonimato, que a proposta de acordo homologada pelo STF trata dos temas em linhas gerais, mas que a expectativa de investigadores é que a colaboração de Cid ajude a detalhar a participação de cada um dos envolvidos nos episódios sob suspeita, incluindo possíveis implicações de Bolsonaro. De acordo com um interlocutor na Corte, "ninguém firma acordo de delação para entregar quem está abaixo, sempre quem está acima".

Desde que mudou de estratégia e passou a colaborar com a PF, Cid já prestou três longos depoimentos nas investigações das quais é alvo. A mais avançada é a que trata da venda de presentes recebidos por Bolsonaro durante sua passagem pela Presidência. Investigadores identificaram que o ex-ajudante de ordens, com participação de seu pai, o general da reserva Mauro Lourença Cid, vendeu dois relógios, avaliados em cerca de R\$ 300 mil cada um, recebidos pelo ex-presidente de outros chefes de estado.

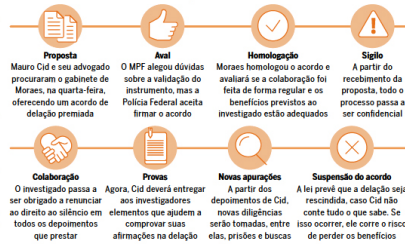
PACTO SELADO

Solto, Cid deve seguir medidas cautelares e apresentar provas em investigações

CONDIÇÕES IMPOSTAS POR MORAES PARA SOLTAR CID

- Uso de tornozeira eletrônica e proibição de sair de casa à noite e nos finais de semana
Afastamento do exercício das funções de seu cargo de oficial no Exército
Obrigação de apresentar-se semanalmente perante ao Juízo da Execução da Comarca de origem
Proibição de ausentar-se do país e cancelamento de todos seus passaportes
Suspensão imediata de porte de arma de fogo bem como de realizar atividades de colecionador, tiro esportivo e caça
Proibição de utilização de redes sociais
Proibição de comunicar-se com os demais investigados, com exceção de Gabriela Cid (esposa), Beatriz Cid (filha) e Mauro Lourença Cid (pai)

AS ETAPAS ANTES E APÓS A HOMOLOGAÇÃO



PRINCIPAIS INQUÉRITOS EM QUE CID DEVE COLABORAR

- Joias Cid deverá explicar por que e a mando de quem ele e seu pai venderam dois relógios recebidos pelo ex-presidente de outros chefes de estado
Fraude em cartão de vacinação No caso que o levou a prisão, ele terá que responder sobre a fraude no cartão de vacina de si próprio, sua família, Bolsonaro e a filha Laura
Trama golpista Cid deve falar sobre casos como a reunião com Bolsonaro em que Marcos do Val ouviu de Daniel Silveira um plano para gravar Moraes

No mês passado, ao ser questionado se havia ordenado ao subordinado que vendesse os itens de luxo, Bolsonaro disse ao jornal O Estado de S. Paulo que Cid tinha "autonomia", indicando uma tentativa de responsabilizar o ex-auxiliar.

Como mostrou a colunista Bela Megale, do GLOBO, a delação premiada é vista como mais um episódio com potencial de trazer desgaste às Forças Armadas, podendo até comprometer outros militares ainda não citados nos casos em investigação. Segundo fontes ouvidas pela colunista, a delação é encarada como um "mal necessário", porque tem potencial de encerrar um ciclo que envolveu, diretamente, a participação de militares em esquemas antidemocráticos, como o questionamento das urnas eletrônicas, e também fabricação de cartões de vacina e de apropriação de bens da União, como o caso das joias.

O acordo foi homologado por Moraes no chamado inquérito das milícias digitais, que apura suspeitas sobre uma organização criminosa, de forte atuação digital, com a finalidade de atentar contra a democracia e o Estado de Direito no país. De acordo com as investigações, cujo prazo final foi prorrogado mais de cinco vezes, o grupo teria como um de seus fins desestabilizar as instituições republicanas, como o STF e o Congresso Nacional.

A decisão de Moraes de aceitar a colaboração de Cid com a PF contraria a Procuradoria-Geral da República (PGR). Na tarde de ontem, o chefe do órgão, Augusto Aras, protestou, alegando que a prerrogativa de fechar esse tipo de acordo é dos procuradores, e não dos policiais. (Leia mais na página 7).

Na decisão em que concedeu liberdade a Cid, Moraes destacou um trecho do pedido apresentado pela defesa do militar em que aponta risco caso ele fosse mantido preso por mais tempo no Batalhão da Polícia do Exército, em Brasília.

Segundo o advogado Cezar Bitencourt, todos os deslocamentos de Cid enquanto estivesse na prisão, como por exemplo para prestar depoimentos à Polícia Federal, precisariam ser requisitados ao Comando do Exército, o que poderia desencadear uma "série de especulações". Entre as medidas cautelares impostas por Moraes para Cid sair da prisão, está seu afastamento das funções no Exército — ele é tenente-coronel na ativa da Força.

IMPACTO POLÍTICO

Aliados de Bolsonaro tentaram ontem minimizar o impacto político que a delação de Cid poderá ter sobre o ex-presidente. Embora ele esteja inelegível, o PL, seu partido, quer usá-lo como cabo eleitoral para eleger prefeitos no ano que vem.

— Mais de mil (prefeitos) com Bolsonaro à frente, o Mauro Cid não tem nada para falar de verba pública — disse ao GLOBO o presidente do PL, Valdemar Costa Neto.

Na avaliação do líder do PL na Câmara, deputado Altineu Côrtes (RJ), eventuais tentativas de incriminar Bolsonaro pode ter efeito contrário junto ao eleitorado:

— Qualquer covardia que fizerem, nosso presidente vai servir.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4